**AVALIAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS EM ESCOLAS REGULARES INCLUSIVAS: ANÁLISE DAS PRÁTICAS AVALIATIVAS NO PROCESSO DA APRENDIZAGEM**

Autor:

Zanado Pavão Sousa Mesquita

Graduando em pedagogia pela

Universidade Estadual da Região

Tocantina do Maranhão-UEMASUL

E-mail: [zanado2014@gmail.com](mailto:zanado2014@gmail.com)

Coautora:

Elenice de Alencar Silva

Graduanda em pedagogia pela

Universidade Estadual da Região

Tocantina do Maranhão-UEMASUL

E-mail: [elenyce10@gmail.com](mailto:elenyce10@gmail.com)

Coautora:

Marcella Arraes Castelo Branco

Professora especialista da

Universidade Federal

do Maranhão-UFMA.

E-mail: [marcellaarraes@hotmail.com](mailto:marcellaarraes@hotmail.com)

**Resumo:** A avaliação de alunos surdos em escolas regulares inclusivas para muitos professores se apresenta como um hiato devido o sistema educacional estar voltado para os alunos ouvintes e o aluno surdo se apresentar como uma diferença na escola. Visando essa questão a presente pesquisa em andamento se esforça em compreender como ocorre a avaliação escolar de alunos surdos em escolas regulares inclusivas. O cerne desse trabalho é analisar as concepções de avaliação e os modelos avaliativos no ensino regular e na educação de surdos. Essa pesquisa consiste em uma pesquisa em andamento que está ocorrendo na cidade de Imperatriz no estado do Maranhão e deverá abranger escolas que possuem em seu corpo discente a acolhida e inclusão de alunos surdos. Os sujeitos da pesquisa serão os professores que os acompanham no cotidiano vivenciando a dificuldade de formular práticas avaliativas que corroboram para o processo de aprendizagem desses alunos. A presente pesquisa em andamento se centraliza na abordagem qualitativa e possui um enfoque fenomenológico por procurar compreender o processo de avaliação dos surdos em escolas regulares inclusivas através dos diferentes significados oferecidos pelos sujeitos da pesquisa. Para aprofundar a pesquisa tem sido levantado um referencial teórico a partir de autores que perpassam pela prática da avaliação escolar como, Luckesi (2011), Méndez (2002), autores que se focalizam a avaliação escolar de alunos surdos como Thoma e Klein (2009), além da análise de dispositivos legais que focalizam a avaliação escolar direcionadas a alunos surdos.

**Palavras chaves:** Avaliação. Surdos. Escola Regular Inclusiva.

**1 INTRODUÇÃO**

Durante muito tempo a avaliação escolar vem passando por mudanças e influenciando diretamente a vida escolar dos alunos, bem como as concepções dos professores na sua utilização dentro da pedagogia escolar, mudando concomitantemente as ações que norteiam a avaliação escolar.

Diante dessas mudanças no cotidiano de uma escola, avaliar alunos surdos apresenta-se como uma incógnita, no sentido de que esses alunos apresentam especificidades enquanto diferença cultural através de suas experiências linguísticas-comunicativas partindo do campo visual e não predominantemente da audição. Na maioria dos casos as aulas são pensadas voltadas ao aprendizado dos alunos ouvintes e isso dificulta o desenvolvimento cognitivo dos alunos surdos a nível dos colegas porque não existe avaliação se não houver aprendizagem.

Sendo assim, este trabalho questiona como ocorre a avaliação escolar de alunos surdos em escolas regulares inclusivas do município de Imperatriz-MA? Quais seriam as principais práticas avaliativas que norteiam esse processo? Entende-se também que esses alunos são inseridos em um contexto escolar voltado ao ouvinte e os mesmos apresentam uma cultura diferenciada apontados nos Estudos Surdos e Estudos Culturais.

Pretende-se ao final dessa pesquisa analisar as concepções de avaliação e os modelos avaliativos dentro do processo de inclusão de alunos surdos em escolas regulares inclusivas do município de Imperatriz-MA, bem como identificar as principais práticas avaliativas, os instrumentos de avaliação utilizados além dos avanços e desafios na avaliação de surdos entendendo que essa pesquisa se debruça em observar essas práticas identificando seus principais aspectos.

A presente pesquisa em andamento se centraliza na abordagem qualitativa e possui um enfoque fenomenológico por procurar compreender o processo de avaliação dos surdos em escolas regulares inclusivas através dos diferentes significados oferecidos pelos sujeitos da pesquisa.

Para aprofundar a pesquisa tem sido levantado um referencial teórico a partir de autores que perpassam pela prática da avaliação escolar como, Luckesi (2011), Méndez (2002), autores que se focalizam a avaliação escolar de alunos surdos como Thoma e Klein (2009), além da análise de dispositivos legais que focalizam a avaliação escolar direcionadas a alunos surdos.

## **2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E AVALIAÇÃO DE ALUNOS SURDOS**

A aprendizagem escolar parte do princípio de que não pode haver novos comportamentos se não haver novas aprendizagens teórico-práticas. Luckesi (2001) e Méndez (2002) estabelecem a diferença entre exames escolares e avaliação escolar. O primeiro preocupa-se na classificação e seleção dos alunos e o segundo focaliza o diagnóstico dos problemas dos alunos e a sua inclusão. A partir de 1930, Ralph Tyler, inquieto com as reprovações de crianças (de cem alunos apenas trinta eram aprovados) propôs que se pensassem em práticas avaliativas e pedagógicas que fossem eficientes para estimular maiores aprovações dentro do ambiente escolar.

Visando essa eficiência é criado o “ensino por objetivos” dividido em três ou quatro etapas sendo respectivamente: ensinar alguma coisa, diagnosticar sua consecução, se houvesse respostas satisfatórias, continuar, se fossem insuficientes, proceder a reorientação (LUCKESI, 2011, p. 28).

No Brasil a avaliação da aprendizagem escolar inicia-se no final dos anos de 1960 e 1970, do século XX, com a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), aprovada com a Lei nº 4.024 de 1961, contendo um capítulo inteiro falando sobre os “exames escolares”. Em 1971, com a Lei nº 5.692, considerada a segunda LDBEN, o termo “exames escolares” é substituído por “aferição do aproveitamento escolar”. Somente na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da educação brasileira, Lei nº 9.394/96, a avaliação escolar é denominada pela expressão “avaliação da aprendizagem” que segundo Luckesi (2011, p. 29) está longe da articulação de teoria e prática.

No caso, nossa atual legislação educacional conseguiu assimilar as novas proposições, porém nossa prática escolar, ainda está bastante longe de consegui-la. Em nossas escolas, públicas e particulares, assim como nos nossos diversos níveis de ensino, praticamos muito mais exames escolares do que a avaliação da aprendizagem escolar.

Tem se intensificado a pedagogia do exame sobretudo no terceiro ano do Ensino Médio, devido a vasta preocupação com aprovações em vestibulares com objetivo de entrar em uma universidade. O ensino volta-se para as resoluções de provas e perguntas focadas apenas na seleção para o vestibular polarizando as provas apenas para a prática pedagógica esquecendo-se da pedagogia da aprendizagem que deve ser a principal preocupação do sistema escolar (pais, professores e alunos).

Para Luckesi (2011, p. 38) o sistema de exames envolve diversos elementos como os sociais, políticos e econômicos. Em sua visão quando uma escola age conforme esse sistema a mesma se encontra na margem da normalidade e, portanto, os benefícios e atenção são efetivadas para ela. Quando ocorre o contrário observa-se que o controle automático é acionado: “os pais reclamam da escola; verbas que não chegam; inquéritos administrativos etc.”. Iniciando as discussões sobre os conceitos de *avaliar* e de *verificar* encontramos que,

a avaliação, diferentemente da verificação, envolve um ato que ultrapassa a obtenção da configuração do objeto, exigindo decisão do que fazer *ante* ou *com* ele. A verificação é uma ação que “congela” o objeto; a avaliação, por sua vez, direciona o objeto numa trilha dinâmica de ação (LUCKESI, 2011, p. 53).

Para o autor a avaliação é um processo dinâmico enquanto a verificação é um processo estático e não subsidia para a real obtenção da aprendizagem dos alunos constituindo-se pela “observação, obtenção, análise e síntese dos dados ou informações”. A Avaliação por sua vez implica em coleta, análise e síntese dos dados, consiste ao objeto de avaliação sendo complementado com uma atribuição de um valor ou qualidade.

A prática da avaliação, segundo Luckesi, é elaborado a partir das determinações de condutas em oferecer um valor ou qualidade a algo no desenrolar de um processo. Torna-se necessário ver além das notas que nem sempre apresentam a realidade da aprendizagem ou não dos educandos.

Elencando sobre como articular uma avaliação de característica qualitativa Luckesi (2011, p. 56) é proponente de uma avaliação efetiva dos “conhecimentos mínimos necessários”, devendo estar articulados com o consequente desenvolvimento de habilidades, hábitos e convicções. Trabalhando esses conhecimentos mínimos a partir da nota mínima na perspectiva de planejar quais os conhecimentos necessários ou mínimos para obtenção, se houver aprendizagem abaixo desse mínimo o educando deve ser reorientado para atingi-lo e receberia uma nota superior, chegando até a nota máxima.

A avaliação escolar através de testes ou exames não necessariamente devem ser deixados de lado, como diz Luckesi (2011, p. 64) porém, o que não se deve fazer é dar ênfase unicamente aos testes e exames voltados as habilidades inerentes a ele, mas sim polarizar o conhecimento ao aprendizado, e assim os exames serem utilizados em momentos propícios, como em concursos. Tornando assim necessário a reorientação de práticas avaliativas que contemplem o que o autor denomina de *suficiente* e/ou *insuficiente.*

Sendo aprofundado o conceito de avaliação temos em Luckesi o que ele define como o mais adequado, entendendo a avaliação como “um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão” (1978 *apud* LUCKESI 2011, p. 81).

Para o autor esse conceito pode ser definido em três procedimentos. O primeiro dando atenção ao “juízo de valor” significando uma “afirmação qualitativa sobre um objeto” sendo mais e/ou menos satisfatório se estiver mais próximo do ideal estabelecido ou não. Também dentro dele o professor pode estabelecer critérios arbitrários de mudanças desses julgamentos, reduzindo as exigências ou intensificando-as a partir de seus interesses na avaliação.

Sobre as caracterizações das “manifestações relevantes da realidade” encontramos uma avaliação qualitativa, mas não subjetiva sendo que a atenção deve ser dada as sinalizações do que é mais importante em uma determinada área, tomando indicadores específicos. A tomada de decisão se torna imprescindível para o processo da aprendizagem, pois nesse ponto a avaliação deve ser uma pausa para todo o andamento das ações e reorientação para o que deve continuar sendo usado ou não a partir dos indicadores.

Para o autor a avaliação é um fenômeno socialque se intensificou a partir da Revolução Francesa, em 1789, e assim, com a ruptura do Sistema Feudal e valorização bem como a corporação do sistema burguês. Dentro dele funciona como eixo o papel disciplinador da educação, contribuindo para a perpetuação das estratificações sociais e valorização para grupos de indivíduos em detrimentos de outros.

Ler e escrever se tornou um ato implicado nas relações sociais. Situando o aluno surdo dentro dessa discussão, como avaliá-los de forma igualitária e significativa entendendo que o português se torna sua segunda língua e a libras a sua língua materna de expressão espaço-visual? Como entender essa avaliação de forma que não torne esse processo classificatório ou simplista observando que a leitura se tornou uma das principais formas de compreensão do mundo em que vivemos, porém não a única forma?

Conforme Luckesi a principal forma de contribuir para uma avaliação significativa é torná-la em um processo diagnóstico, onde o professor e aluno participam desse processo compreendendo aonde querem chegar e o que precisam melhora (p. 118). É urgente que a avaliação se torne democrática, atendendo aos conteúdos relevantes da realidade a partir de uma qualidade de ensino e percepção das dificuldades inerentes ao ensino do aluno surdo.

Para que a avaliação educacional escolar se torne uma prática efetiva na escola é necessário a compreensão de três atos nesse processo: planejar, executar e por fim avaliar. O planejamento “é o ato pelo qual decidimos o que construir” entendendo que o mesmo é uma decisão filosófica-política mas não exclusivamente isso.

O planejamento não será nem exclusivamente um ato político-filosófico, nem exclusivamente um ato técnico; será, sim, um ato ao mesmo tempo político-social, científico e técnico: político social, na medida em que está comprometida com as finalidades sociais e políticas; científico, na medida em que não se pode planejar sem um conhecimento da realidade; técnico, na medida em que o planejamento exige uma definição de meios eficientes para se obter os resultados (LUCKESI, 2011, p. 127).

Nesse primeiro momento do processo avaliativo escolar é necessário a análise de quais práticas, ideologias, filosofia e política constituirão o planejamento escolar. Esses princípios bem definidos marcarão presença em todo o restante do processo de maneira significativa e principalmente no próximo passo que é a execução do planejado.

A respeito do planejamento ser coletivo e não apenas individual possibilita que o aluno saia da variabilidade de perspectivas formativas e avaliativas de cada professor, fazendo que a aprendizagem não se torne desestruturada. Para tanto, torna-se urgente a importância de se trabalhar em equipe para dar novos significados as dificuldades dos alunos, assim, os alunos surdos, durante esse processo, ganham um profissional a mais, o Tradutor/Intérprete de LIBRAS.

Evidentemente existem habilidades complexas que merecerão um trabalho conjunto de todos os professores desses alunos. Por exemplo, a capacidade de ler e entender, de analisar, de sintetizar. Caso exista essa carência não há por que todos os professores, coletivamente, não trabalhem para superar essa defasagem por meio das diversas disciplinas de uma série escolar. “É melhor acender um fósforo do que lamentar a escuridão”, diz o ditado popular. Reclamar da não existência dos pré-requisitos nos educandos não faz com que eles apareçam. É preciso construí-los. (LUCKESI, 2011, p. 167).

O aluno surdo presente em uma sala de aula regular apresenta-se com diversas fragmentações no ensino. Entre elas pode-se destacar: o contato tardio com a língua de sinais, a falta de interesse de inclusão familiar desse aluno surdo pelos seus responsáveis, a carência de escolas especializadas para especificidade educacional desse educando na educação infantil e anos iniciais do Ensino Fundamental (como as Escolas Bilíngues, Classes Bilíngues ou Salas Inclusivas), os estímulos para o próprio aprendizado pelas referencias sociais que esses alunos têm e a falta de comunicação como um aspecto geral da sociedade bem como o incentivo de superá-las.

Quando esse aluno chega no Ensino Fundamental se depara com um profissional Tradutor/Intérprete de Língua Brasileira de Sinais-TILS, constituindo talvez assim um ambiente diferente do comum nas escolas em que ele estudou. Esse profissional deverá mediar a comunicação dele com o professor bem como dos outros envolvidos no ambiente escolar e com essa parceria o profissional Tils irá se familiarizar com suas dificuldades e limites presentes no cotidiano da sala de aula, sendo um dos melhores envolvidos no processo, para subsidiar a prática de ensino dos professores ouvintes voltadas para o aluno surdo e a classe que o recebe.

A execução é o passo que dá movimento ao planejamento através de resoluções coerentes e coesas dos princípios filosóficos-políticos para a assimilação dos conteúdos escolares e significação dos mesmos para os educandos. Os alunos necessitam de experiências culturais, sociais/coletivas, para formar a sua experiência individual e assimilar esses conteúdos como significativo.

A assimilação da cultura, assim como a assimilação dos exemplos das grandes personalidades da humanidade servem de base para a formação de múltiplas convicções sociais. De modo semelhante, a assimilação dessa cultura com a metodologia que a perpassa serve de base para o desenvolvimento das capacidades cognoscitivas de cada sujeito social; capacidade de pensar coerentemente, observar seletivamente, analisar situações complexas, produzir sínteses de diversos e variados elementos, intuir, criar... Aprender é internalizar ativamente, sob a forma de hábitos, as experiências práticas com o mundo da natureza e da vida; isso pressupõe uma cultura existente e anterior aos sujeitos individuais.( LUCKESI, 2011, p. 148).

A respeito da educação de surdos e em especial ao aluno surdo incluso na sala regular, observa-se que os conteúdos estudados partem de uma construção histórico-social escolhidos como relevantes (em sua maioria escolhas de conteúdos voltados a alunos ouvintes) e para isso a inclusão social no meio em que os cercam se tornam imprescindível, não apenas para a assimilação dos mesmos mas principalmente para o seu desenvolvimento individual.

Por fim, temos a avaliação escolar que se apresenta como o “estado crítico que nos subsidia na verificação de como estamos construindo o nosso projeto” (*Ibidem*). Na avaliação escolar de alunos surdos essa atenção por parte dos profissionais envolvidos e principalmente do professor, é imprescindível entendendo que os mesmos possuem dificuldades diferentes aos alunos ouvintes, como compreensão da escrita, a própria escrita, a exposição do que foi aprendido etc., não situando apenas nesse campo mas tendo-o como principal por provocar um efeito cascata no restante do processo bem como nas outras disciplinas.

Fica evidente que ela não está separada do processo de ensino-aprendizagem e constitui-se como a reorientação para a exploração de novos caminhos ainda não percorridos e continuação de práticas anteriores satisfatórias para o processo tendo a aprendizagem como foco e não a avaliação.

# **3 INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO ESCOLAR DE ALUNOS SURDOS**

Para discutir os instrumentos de avaliação na educação de alunos inclusos em escolas regulares é mister a percepção de que a avaliação de surdos deve ser observada a partir dos modos de ser surdo, tendo o surdo como diferença na escola e em especial na sala de aula mas procurando meios que para fazer desse processo comum a todos.

É preciso compreender esse surdo através de suas múltiplas identidades e como elas afetam positiva e negativamente os modos de pensar e agir do professor para construção de seus instrumentos. Os problemas e dificuldades na avaliação desses alunos e consequentemente na construção de seus instrumentos de avaliação estão relacionados a questão do “uso das línguas”, pois os professores sentem essa disparidade a partir do momento em que os alunos surdos conseguem desenvolver poucas palavras e até frases porém no momento de entender os sentidos do que é pedido em um enunciado de uma prova, por exemplo, a dificuldade transborda como algo irredutível (THOMA & KLEIN, 2009, p. 57).

Esses instrumentos devem ser claros e objetivos não trazendo questões de ambiguidade para o momento de avaliar e compreendendo também que o profissional tradutor/intérprete de libras deve mediar a compreensão e análise dos enunciados, porém o aluno surdo não deve se ancorar nesse profissional como única fonte de sentido para as questões propostas, seja elas em qual disciplinar for.

As autoras Thoma & Klein apresentam sobre a alteridade diferente que o surdo apresenta-se na escola regular em especial ao fato de que o aluno surdo é sempre comparado ao aluno ouvinte no processos de avaliação da aprendizagem, bem como na angústia de muitos professores em saber como os avalia de forma mais igualitárias sem prejudicar esse momento do ensino-aprendizagem construídos com a vivência em sala de aula.

Há uma recorrência de enunciados que mostram que as dificuldades de avaliação estão associados ao desconhecimento de aspectos linguísticos e culturais dos surdos, à falta de preparo dos professores para trabalhar a língua portuguesa como segunda língua e à quase inexistência de uma comunicação efetiva e eficaz que permita ao professor fazer uma avaliação mais justa do aluno surdo, que acaba sendo responsabilizado e penalizado pelas dificuldades que nem sempre são suas, mas do contexto e de seus avaliadores (2009, p. 64).

As diferenças culturais sempre estiveram presentes na escola e para isso os professores necessitam mediar as dificuldades que essa diferença forma no cotidiano da sala de aula. Entender não apenas as necessidades linguísticas, mas as culturais como um todo, torna-se fundamental nesse processo.

No caso de escolas regulares que recebem alunos surdos o professor não deve “tomar para si” a responsabilidade de aprender libras e ensinar a partir da LIBRAS e do português ao mesmo tempo, pois seria um trabalho bastante exaustivo e dupla função, mas deve levantar instrumentos de ensino-aprendizagem que visem a assimilação, dê condições de exercício e aplicabilidade bem como a de inventabilidade para que os alunos surdos possam também usufruir e se apropriarem.

Para o aluno surdo, por exemplo, é preciso entender que as experiências da diferença surda é oferecer estratégias, métodos, recursos e práticas que contemplem a língua de sinais e sua forma de expressão nos instrumentos e espaços avaliativos, por meio de professores surdos ou intérpretes de língua de sinais que dêem condições de os alunos surdos experienciarem e viverem a diferença linguística e cultural. (THOMA & KLEIN, 2009, p. 81).

A avaliação dos surdos conforme descrito acima, deve ser a partir de métodos e estratégias que especifique a língua de sinais como língua de expressão e comunicação, tendo essas estratégias a partir da visualidade tão importante para o aluno surdo dando condições para que o mesmo desenvolva experiências acadêmicas e escolares como qualquer outro aluno inserido na sala de aula.

Elas apresentam sugestões que modificaria um contexto avaliativo de alunos surdos perpassando pela organização de um contexto comunicativo, lembrando que a língua de sinais é um aspecto desse contexto mas não o único, a análise do que esse aluno surdo conhece para o professor conseguir trabalhar a partir dessa linha de pensamento, valorizar as potencialidades do aluno surdo para não simplificar conteúdos, e o cuidado que deve ser dado a tudo aquilo que se diz ou faz evitando os obstáculos no processo da avaliação educacional escolar.

# **4 AVANÇOS E DESAFIOS NO PROCESSO DE ACOMPANHAMENTO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS SURDOS**

Nos últimos anos a comunidade surda do Brasil têm lutado para a conquistar espaço social e para tanto a escola é um bom ambiente para efetivação desses avanços. O que resultou dessas manifestações foram as leis que subsidiam as práticas de inclusão escolar de alunos surdos e concomitantemente os avanços vinculados aos desafios desse processo.

Dentro da inclusão escolar de alunos surdos centraliza-se a avaliação escolar desses sujeitos e em como a prática da legislação pode ascender nesse processo. Expondo isso a LDB, Lei nº 9.394/96, diz:

V- a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios:

1. avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provais finais;
2. possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar;
3. possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado;
4. aproveitamento dos estudos concluídos com êxito;
5. obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixa rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos.

Nessa legislação a compreensão da avaliação escolar é evidente pelos aspectos qualitativos sobre os quantitativos possibilitando o aprendizado a partir do rendimento escolar, além da recuperação de conteúdos quando esse rendimento se demostra insatisfatório, possibilitando assim o avanço desse aluno por meio dos estudos de recuperação.

No ano de 2002 foi oficializada a Lei n° 10.436, em que oficializa a Língua Brasileira de Sinais como a segunda língua oficial do Brasil. Regulamento essa lei no ano de 2005 foi criado o decreto n° 5.626 em que aprofunda os quesitos para a avaliação de surdos. Entre eles destaca-se:

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade linguística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrado em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos. (BRASIL, Lei n° 10.436, 2005).

A avaliação escolar, segundo esse decreto, valoriza os aspectos semânticos da singularidade da língua portuguesa, porém, como segunda língua na educação de surdos. Para tanto, os meios de registro dessa avaliação e a forma de levantamento de dados podem ocorrer de formas diferentes aos alunos ouvintes. Entre elas destaca-se: registro em vídeos, provas orais (com a presença de interpretação oral dos conhecimentos expressas pelos surdos com a presença do intérprete de libras), provas com o uso de mais visualidade, textos coerentes e precisos e sem ambiguidades, sempre levando ao aluno surdo a desenvolver os seus próprios sentidos no processo de aprendizagem.

**5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A presente pesquisa em andamento visa analisar as formas de avaliação usadas na educação de surdos inclusos em escolas regulares do município de Imperatriz-MA. Pretende-se verificar essas práticas na influência da aprendizagem desse aluno que se apresenta enquanto uma diferença na escola e, em especial, para o professor que em sua maioria são ouvintes distante ou não das experiências do povo surdo.

Até aqui os levantamentos têm apontado que os surdos possuem formas diferenciadas de perceber o mundo e se situar na escola, porém esses aspectos devem ser observados para que se tenha uma avaliação mais justa e igualitária para essa especificidade dentro do sistema educacional.

A avaliação escolar para com alunos surdos por sua vez tem se apresentado como um hiato para muitos professores, porém é necessário que os profissionais da educação trabalhem em conjunto para que os alunos surdos sejam atendidos com qualidade também nesse aspecto importante de sua aprendizagem.

# **REFERÊNCIAS**

BRASIL. **Lei N° 10.436 de 24 de abril de 2002.** Dispõem sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/ leis/2002/L10436.htm>. Acessado em 24 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Decreto N° 5.626 de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/cciv i l\_ 03/\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acessado em 24 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_\_\_\_. **Ministério da Educação. Lei n° 9394/1996.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino e SILVA, Roberto da. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

LUCKESI, Carlos C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: estudos e proposições. 22. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MÉNDEZ, Álvaro J.M. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir;** trad. Magda Schwartzhaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

OLIVEIRA, Silva Luiz de. **Tratado de metodologia científica**: projeto de pesquisas, TGI, monografias, dissertações e teses; revisão Maria Aparecida Bassana. São Paulo: Pioneira, 1997.

THOMA, Adriana da Silva; KLEIN, Madalena. **Currículo e Avaliação**: a diferença surda na escola. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009.